

ATA DA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-3-2021.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezesseis horas e vinte minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/21 (Processo nº 0215/21), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger, Roberto Robaina, Mauro Zacher, Laura Sito, Airto Ferronato, Ramiro Rosário e Fernanda Barth. Na oportunidade, foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21: nº 03, assinada por Roberto Robaina; nºs 04 e 05, assinadas por Aldacir Oliboni; nº 06, assinada por Mauro Zacher; nº 07, assinada por Bruna Rodrigues e Daiana Santos. Também, foram aprovados os seguintes requerimentos, solicitando dispensa de envio de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21 à apreciação de comissões permanentes: de autoria de Roberto Robaina, para a Emenda nº 03; de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 04 e 05; de autoria de Mauro Zacher, para a Emenda nº 06; de autoria de Bruna Rodrigues e Daiana Santos, para a Emenda nº 07. Ainda, foram apregoados requerimentos de autoria de Aldacir Oliboni e Bruna Rodrigues, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque, respectivamente, para as Emendas nºs 04 e 05 e para a Emenda nº 07 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. A seguir, Bruna Rodrigues retirou seu requerimento de votação em destaque para a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21, por treze votos SIM e vinte e três votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, Felipe Camozzato, Airto Ferronato e Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votação essa

posteriormente declarada nula pelo Presidente. Esteve em votação, destacadamente, a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21, a qual, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni e Airto Ferronato, teve sua votação suspensa em face de ser declarada prejudicada pelo Presidente. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e quarenta e quatro minutos às dezessete horas e cinquenta e dois minutos e das dezessete horas e cinquenta e quatro minutos às dezoito horas. Em continuidade, em face de questão de ordem formulada por Claudio Janta, o Presidente declarou prejudicadas as Emendas nºs 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21, declarando nula a votação da Emenda nº 04. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. Após, Fernanda Barth encaminhou o Projeto de Lei do Executivo nº 004/21 à votação. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21, por doze votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21, por vinte e nove votos SIM e sete votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e Não Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21, por dez votos SIM e vinte e seis votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/21. Foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia oito ao dia doze de março do corrente.

Também, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, comunicando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Evaldir Santos Ramalho, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Sandro Nunes da Rosa, Edson Strogulski e Marcelo Felipe dos Santos Correa em assumirem a vereança do dia oito ao dia doze de março do corrente. Às dezoito horas e quarenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum para abriremos a 009ª Sessão Extraordinária e entrarmos direto na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e seis Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h20min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, primeiro eu gostaria de saber quantas emendas têm e se há possibilidade de nós votarmos em bloco para agilizar os trabalhos.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, as emendas foram protocoladas neste momento e estão sendo assinadas pelos autores. Nós temos que, pelo menos, darmos um tempo para que os vereadores, antes de votarem, tenham conhecimento do teor dessas emendas. Posso consultar o processo no SEI e ler.

Vejo que várias ainda não estão assinadas e, portanto, não estão disponibilizadas para consulta de todos os vereadores. Então, eu peço que os vereadores procedam a assinatura no SEI para que todos tenham conhecimento do teor das emendas e também para que nós possamos fazer a orientação de votação. Enquanto isso, sugiro, Sr. Presidente, que os vereadores já possam já começar a fazer as inscrições para discutir o projeto, enquanto nós fazemos a orientação de votação e os vereadores tomam conhecimento do teor das emendas.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0215/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/21, que dispõe sobre as medidas relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra o novo Coronavírus (COVID-19), para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia. (SEI 118.00094/2021-23)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mauro Zacher: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas nºs 01 e 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas nºs 01 e 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01, do Ver. Ramiro Rosário;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, da Ver^a Fernanda Barth;
- com Emenda nº 02, da Ver^a Fernanda Barth;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 03-03-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 004/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, aproveitando o tempo concedido até tomarmos conhecimento das emendas, eu queria voltar a discutir o projeto de lei ora apresentado pelo governo. Eu tinha lido as emendas protocoladas, se não me engano são quatro emendas, que, até então, não colidiam uma com a outra, e existe a possibilidade de votarmos favoravelmente a todas as emendas, por isso eu havia sugerido, em questão de ordem, a votação em bloco. Quero, enquanto há essa possibilidade de fala, falar sobre dois aspectos importantes que foram citados nas sessões de pauta, quando foram oportunizadas as falas de alguns vereadores e vereadoras. Quando a minha nobre colega Ver.^a Comandante Nádia fala sobre o número de idosos em Porto Alegre, com o perdão da palavra, devo corrigir a colega, mas o número de idosos em Porto Alegre ultrapassa 240 mil que estão acima de 69 anos; não

são 28 mil idosos. O último censo, feito em 2010, já trazia esse índice apontando que, no mínimo, 15% da população de Porto Alegre são de idosos.

O segundo aspecto foi trazido pelo diretor da Vigilância Sanitária, numa reunião oportunizada ontem pela COSMAM, e ele confirmava que se não chegarem mais vacinas, além dessas que estão chegando e considerando que o governo está imunizando em torno de três mil pessoas, três mil e poucas pessoas por dia, para poder chegar a todos os cidadãos que estão na linha de frente, portanto têm prioridade na vacinação, sejam eles idosos ou da área da saúde, e aí eu falo também na questão que o Ver. Jessé levantou, questionando a questão da educação, da segurança, que também estão na priorização na ordem de vacinação, mas não na primeira, em relação aos que são da área da saúde e assim por diante, nós com certeza chegaremos a atingir a juventude, que de forma numerosa tem contraído o coronavírus, que tem uma imunidade diferente dos mais idosos, somente lá por outubro, novembro. Lamentavelmente, teríamos uma situação gravíssima em Porto Alegre, e em todos os estados brasileiros, com as UTIs lotadas por um bom tempo. Então, por isso acreditamos que o governo está certo nessa questão de trabalhar o mais rápido possível na aquisição de vacinas. Obviamente que esse trabalho poderá demorar porque nós percebemos também que a questão da saúde pública em Porto Alegre deixou muito a desejar em relação à vacinação, quando muitos postos de saúde foram fechados e muitos prontos atendimentos demoram para atender o cidadão, de oito a dez, doze horas – como vimos nessa última semana. Então, é preciso, sim, tanto nas estruturas dos instrumentos públicos - sejam eles hospitais públicos, como o HPS, postos de saúde, prontos atendimentos -, que o governo reponha esses trabalhadores que fizeram concurso, como também reaproveite os trabalhadores do IMESF, recentemente dispensados. Já há um parecer do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região dizendo que há, sim, a possibilidade de recontratar esses trabalhadores na medida em que o governo faça a petição junto ao TRT 4ª Região para uma mediação e por um tempo negociado com as entidades representativas, e, portanto, é de fundamental importância que, neste momento, o governo demonstre ser favorável a essa questão tão dura e difícil, porque somente a vacina não vai resolver, é claro que é uma das medidas importantes, como é importante a disposição dos leitos de UTI. Vejam, os senhores e as senhoras, que, de ontem para hoje, Santa Catarina está procurando lugar em outros estados para poder enviar os seus pacientes porque não há mais leitos de UTI em todo o Estado de Santa Catarina. Essa situação logo, logo poderá chegar aqui no Estado do Rio Grande do Sul, pois já se pode perceber mais de 150 pessoas aguardando por leitos de UTI. Nem mesmo leito particular tem! Então, é importante que as medidas que estamos defendendo desde a gestão anterior, de haver esse monitoramento ou rastreamento das pessoas que possam contrair a Covid, e, ao mesmo tempo, oferecer a testagem com o tratamento o mais rápido possível, dialogam, sim, com a questão da redução do contágio do coronavírus em Porto Alegre. Nesse sentido eu quero ressaltar a importância de ações dessa natureza, como é importante também a questão de poder ampliar o número de leitos de UTI, e o próprio prefeito está fazendo uma mobilização nesse sentido, nesta semana.

Essas são as minhas considerações em relação ao projeto de lei e deixo aqui o meu pedido para que as lideranças observem a questão das emendas para agilizarmos, na medida em que há várias emendas, que possamos estabelecer um consenso em relação a elas e agilizar o processo de votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Márcio. Povo de Porto Alegre, colegas vereadores, nós estamos diante de um dos quadros sociais mais terríveis, por conta de muitas autoridades que deixaram de cumprir com o seu dever. Quando se candidatam, querem fazer movimentos; quando se candidatam, querem estar em cargos públicos. Aí, quando a gente precisa, de fato, que os homens públicos trabalhem, eles ficam indo a público para fazer diversões, fazer brincadeiras. Falo aqui do Presidente da República, que não é presidente de uma república, parece mais presidente de uma festa *rave*, que libera a farra a toda hora, com emendas e mais emendas para aqueles deputados federais que agora inclusive deveriam estar discutindo como salvar o povo brasileiro da fome, da miséria, do desemprego e desse vírus terrível, e ficam discutindo com modificam a Constituição para liberar os cupinchas – é assim que se diz no linguajar popular! – da cadeia! Então, é muito, muito, muito triste ver a quadra histórica do Brasil que agora mergulha em escândalos e mais escândalos. E nós estamos aqui, vereadores, 36, tentando ajudar Porto Alegre a sair desse *lockdown*, dessa bandeira preta, dessa coisa horrorosa que é ver tudo fechado, as pessoas morrendo procurando leitos e não tem, procurando um aparelho de oxigênio e não tem. Ainda tem oxigênio! Isso a gente sabe porque conversa com os hospitais, com os servidores da saúde. Embora eu tenha feito um pedido de informação ao prefeito municipal, no dia 15 de janeiro, para saber do estoque de oxigênio e até hoje eu não obtive resposta de parte do secretário de saúde. Espero que a assessoria dele possa ter mais celeridade, uma vez que a Câmara de Vereadores é um órgão que se coloca para ajudar, para auxiliar nos processos na cidade de Porto Alegre.

Mais do que isso, eu quero, aqui, colocar o seguinte: nós precisamos, como disse o Ver. Aldacir Oliboni, de mais leitos já! Mais leitos já! Não adianta nós ficarmos esperando, esperando, esperando; é preciso fazer aquilo que outros já fizeram em outro momento: Força Nacional do SUS. Para quem não sabe o que é, é o grupo de voluntários que pode vir de outros estados para ajudar aqui na montagem de equipes. Fizemos esse indicativo da Câmara de Vereadores, e aqui já comunico diretamente para o Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, se vocês puderem analisar essa questão, creio que é uma boa solução para ajudar no curto e médio prazo, pedir para o Ministério da Saúde a Força Nacional do SUS – esse grupo de voluntários que pode estar ingressando no território de Porto Alegre para nos auxiliar num momento tão difícil.

Outro indicativo que fizemos também é para recontratar o pessoal do IMESF e colocar nas unidades de saúde que o Marchezan fechou. Se o Marchezan fez errado; bom, o problema é dele. Agora é bola para frente. Vamos reconstituir o que as comunidades tinham! Havia 11 postos a mais do que há hoje. Eu acho que esses postos poderiam estar ajudando a desobstruir algumas UPAs, a resolver alguns pacientes que não estão com sintomas tão graves poderiam estar indo nesses territórios, um deles é a Pitinga - as pessoas saem da Pitinga para irem para o Hospital da Restinga. Então, eu acho que isso fica complicado. Assim também é no Posto Laranjeiras, lá no Morro Santana, de onde as pessoas têm que se deslocar para outros lugares e aí acabam acontecendo aglomerações. Então, para além dessa medida, à qual sou totalmente favorável, da gestão própria da vacina, porque já fizemos esse indicativo lá no dia 1º de fevereiro, lá a gente já colocava como uma necessidade, como uma possibilidade. Felizmente o governo agora está assumindo isso e o parabenizo por isso. Eu sou um vereador que sei reconhecer. Agora é o momento de força-tarefa, de todos os homens e todas as mulheres públicos se unirem para que Porto Alegre saia desse atoleiro, se livre desse vírus e que a cidade volte a funcionar a pleno, o quanto antes melhor! E é um bom caminho que a gente possa analisar essas indicações. Estou aqui fazendo de coração aberto para ajudar o povo de Porto Alegre, para que a gente saia desse terrível quadro de bandeira preta e possamos retomar as nossas atividades, possamos imunizar mais pessoas e também atendendo os quadros que não são tão graves nas unidades de saúde que ainda permanecem fechadas. Vamos recontratar o pessoal do IMESF - vou fazer um movimento nesse sentido -, eles estão prontos para trabalhar; são 550 pessoas. Termino aqui a minha intervenção e faço um apelo ao povo desta cidade: fique em casa! Não saiam! Só sai quem tem que trabalhar. Quem precisa trabalhar, sai; quem não precisa trabalhar, não é hora de passear, de ir na pracinha, de caminhar, de sei lá, visitar alguém. Não é hora! Fiquem em casa, cuidem-se! Chegou em casa, tira a roupa, coloca a lavar, se higieniza bem, álcool em gel no bolso, porque é assim que a gente faz, coletivamente enfrenta o vírus. Não adianta cobrar de A ou B; temos que cobrar a coletivamente também. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas. Hoje é um dia importante para a cidade de Porto Alegre. O bom das sessões da Câmara é que registramos no tempo o posicionamento dos vereadores e isso demonstra como a gente consegue avançar quando o caos acontece e a gente muda de posicionamento. Eu quero... (Problemas na conexão.) ...aqui sobre a vacinação. Na primeira dose de vacinação... (Problemas na conexão.) ...sites de transparência, nós vacinamos aqui em Porto Alegre um média de 110 mil pessoas, totalizando uma média de 8% da população. Na segunda dose, nós vacinamos 38 mil pessoas, correspondendo a uma média de 3%

da população. Estou falando isso porque nós estarmos hoje discutindo um projeto que autoriza o Município a comprar a vacina é a gente sinalizar para a população de Porto Alegre que nós podemos retomar e pensar na cidade a partir de uma outra ótica, a partir da ótica de que nós, com cuidado, poderemos pensar, futuramente, numa possível retomada... (Problemas na conexão.) ...a gente vem aí... (Problemas na conexão.) ...nas semanas, consecutivamente alertando não só o Executivo, mas também esta Casa, é pensar num plano emergencial para combater os impactos do coronavírus. Não tem como a gente autorizar, hoje, compra a vacina... (Problemas na conexão.) ...nós teríamos aí uma série de problemas ainda para encaminhar. Nós precisamos que Porto Alegre lance hospitais... (Problemas na conexão.) ...Nós falamos na reunião de líderes, mais cedo, que os corpos já se avolumam em contêineres - isso é inadmissível! Se, por um lado, nós identificamos, coletivamente, que houve muitos erros, por outro lado, nós temos a oportunidade de não seguir errando. E a gente aqui, nesta Casa, também tem a responsabilidade de arcar com as custas dos erros de quem não agiu da forma como deveria. Nós precisamos pensar não só em medidas que consigam fazer com que a cidade retome, mas também precisamos pensar em como nós vamos estar ao lado das pessoas que estão com fome, que já estão enfrentando a fome. Porto Alegre precisa ter uma medida imediata, e lembro que o prefeito, antes da eleição, liberou o cartão alimentação. Nós não podemos aceitar que seja essa a política adotada atualmente. Nós precisamos ter um plano... (Problemas na conexão.) ...no conjunto, que pense economia. Há duas semanas o debate nesta Casa era retomada das aulas! Nem sequer imaginávamos... Aliás, como dizem alguns, os que ficam projetando... Alguns de nós já projetavam... (Problemas na conexão.) ...Se numa primeira onda nós tínhamos 64 casos de ocupação de UTI... (Problemas na conexão.) ...e isso foi aumentando, nessa onda mais forte nós temos mais de 170 casos. Como a cidade pode pensar em retomar a sua normalidade? Nós precisamos ter mais responsabilidade! Temos colegas que desconsideram os impactos dessa pandemia!... (Problemas na conexão.)...

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu não escuto mais a vereadora. De qualquer forma o tempo dela terminou. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Presidente, eu acho que ficou comprometida a minha inscrição, porque eu acho que eu tenho que falar depois do Ver. Ramiro, porque ele vai defender a emenda e eu gostaria de apresentar a minha subemenda à emenda dele. E, depois, eu quero fazer o encaminhamento da Emenda nº 02, então, talvez, eu fale depois sobre i

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A vereadora Comandante Nádia fez um comentário, era para se inscrever ou para comentar o *chat*?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Só para deixar bem claro para o Ver. Oliboni que nós já nos entendemos. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vou ser breve, Presidente, só para dizer – e quero consultar o líder do governo – que acho que há o consentimento de votarmos todas as emendas para aperfeiçoar o projeto, não há nenhuma restrição. Entendo que é hora de nós nos unirmos, porque o mais importante é a fiscalização, e lá fora as pessoas estão exagerando! Então não adianta nós somente criticarmos o governo federal, estadual e municipal e não olharmos que as pessoas não estão se cuidando, como muitos não acreditam. Eu acredito, sim, que se cuidando, e procuro me cuidar, e tenho certeza que a maioria de vocês se cuidam, sem exageros; fazer o que é possível, andar onde é possível, onde dá para seguir o protocolo. Se cuidar é o que desejo a todos vocês; e essa vacina é muito importante. Não sou ligado a esta palavra que criaram “negacionista” – chega a doer nos nossos ouvidos. Acho que quem tem uma consciência tranquila quer a tranquilidade do povo, o povo tem que acreditar que os comandantes, o prefeito, o governador e o presidente querem fazer o máximo possível. Nós vivemos num país continental, em que o que é bom para um estado, ou para um município, não é bom para o outro, e mais a heterogeneidade de partidos políticos. Nós temos prefeitos de todos os partidos, temos hoje mais de 30 partidos, então, não é fácil fazer a crítica pela crítica. Vou votar a favor porque entendo que, neste momento, é importante.

Quero fazer uma retificação: os Estados Unidos foi o país que mais vacinou, vacinou 78 milhões, até porque tem duas ou três vacinas lá no seu território, mas ao mesmo tempo é o que mais morreu gente, mais de 500 mil pessoas. Só essa retificação, os outros dados que eu tinha dado são corretos. Não gosto de coisa planejada, enfeitada, e, portanto, uma correção se faz por justiça. Vamos votar todos, sem dúvida, a favor da vacina, e torcer que tudo corra bem. Se não precisar, é porque vão chegar aquelas que estão sendo compradas pelos governos, e se chegar para os municípios, vai se somar a essas que estão chegando e estão buscando alternativas para vacinar. Agora não basta só vacinar, o povo tem que se cuidar. Nós temos que nos cuidar, e fiscalizar também. O governo tem que fiscalizar. É festa e festa, tem pessoas que estão em outro mundo, não sabe o que está acontecendo, infelizmente! Eu chego à conclusão de que as pessoas não escutam nada, não leem nada, não veem nada – essa é uma camada da sociedade. Não posso acreditar que a parte ideológica vai deixar a pessoa cega, até chegar ao ponto de morrer. Estamos torcendo que dê certo, sou daqueles que não sou radical, não estou nos extremos nem da esquerda, nem da direita, e sim do bom senso. Quero dizer uma coisa aqui que muitos não vão gostar: neste momento, nesta semana, não era bom ter aberto as escolas, até melhorar! Neste momento não era bom abrir o comércio também. E olha que lutei sempre a favor da abertura do comércio, mas temos que ser justos e corretos: neste momento é hora de começar a pensar nesta questão séria que está acontecendo no nosso país, não só em Porto Alegre, e torcer pelo melhor, que é o que eu faço, e por isso

vou votar a favor. Peço aos colegas que a gente possa se unir, porque todos nós precisamos desta calma para voltar o comércio com condições de vender, para voltar às aulas no momento em que as nossas crianças possam se sentir tranquilas, com boa alimentação, com bons professores, voltar para casa tranquilos. Um abraço a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Cassiá. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadoras, vereadores, uma tarde de longos debates, mas vou ser rápida e falar aqui sobre as nossas atividades no Município. Vou também seguir a mesma linha do Ver. Cassiá, dizendo que, realmente, as pessoas têm que se conscientizar de que não adianta esperar a primeira dose e achar que tudo vai ser resolvido, pois ainda tem a segunda dose. Então temos que manter os protocolos com rigidez. Também sempre defendi que o “fica em casa” não era a solução, mas, nesta semana, diante da falta de leitos, desta calamidade que está anunciada, sou favorável, sim, a este resguardo, vamos dizer assim, nesta semana, até se encaixarem e se organizarem novos leitos, conforme foi falado na audiência com os representantes da rede hospitalar, que necessitariam de uma semana, dez dias, para poder se adequar.

Temos também que elogiar o Executivo pelo projeto, pois sempre ouvi, desde a campanha, que iriam providenciar a compra de vacinas e eu achava um passo muito longo, porque não se tinha essas definições ainda em nível federal estadual. Então é bem-vindo este projeto, é uma iniciativa positiva e dinâmica que veio para cumprirmos as nossas prerrogativas de votar este projeto e que certamente vai dar mais segurança para a população, e que seja de rápida tramitação, sem demora, para complementar o que já está sendo feito na capital. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio. Eu estou me inscrevendo basicamente para falar de uma emenda que nós protocolamos, Presidente, a Emenda nº 03. É uma emenda simples, mas eu creio que é importante, e gostaria que tivéssemos consenso nesta questão também, porque é uma emenda que prevê... O projeto prevê, naturalmente, a contratação de publicidade para que a gente tenha uma campanha de vacinas, e evidentemente é preciso informar à população. Nós não vamos fazer luta política ao redor de um tema que realmente tem necessidade: a publicidade, neste caso, é parte, digamos, de uma

campanha. Evidentemente que o mais importante é nós acertarmos rapidamente a questão da própria vacina, da compra da própria vacina, e o governo do Estado tem cláusulas confidenciais da negociação, mas nós sabemos que está existindo essa negociação acelerada por parte do governo do Estado com empresas, sejam elas chinesas, russas, aí eu não sei qual é a que vai finalmente negociar a vacina do Rio Grande do Sul, mas a emenda qualifica um pouco a publicidade, ou seja, nós fizemos uma emenda, protocolamos muito rápido, o próprio Ver. Ramiro me corrigiu, os vereadores do próprio PSOL também, porque a gente botou OMC, mas é OMS... A emenda prevê que a propaganda da Prefeitura, neste caso específico das vacinas, tenha esse critério, a emenda diz que a publicidade tem que ser baseada nas informações da Organização Mundial da Saúde. E, portanto, na propaganda, o incentivo à vacina por um lado, obviamente, a utilização de máscaras, o método de distanciamento, e evidentemente, também, que não se propague nenhum tipo de tratamento preventivo, uso de bruxarias... Cada um tem o direito de torcer, mas que não se faça nenhuma propagação da ideia de que se tem tratamento preventivo. Nós sabemos que este vírus não tem, infelizmente, tratamento preventivo, não tem profilaxia, a única profilaxia possível, realmente, é a que Organização Mundial da Saúde recomenda, que é lavar as mãos, utilizar máscaras, e manter distanciamento social. Essa é a profilaxia, é para isso que a utilização da publicidade deve ser feita, para informar sobre as vacinas, os locais das vacinações. Então esta é basicamente a emenda. Presidente Márcio, nós, como anunciado, vamos aprovar o projeto, eu me isento de ficar fazendo muitas intervenções aqui, mas só fiz esta menção para que os vereadores e vereadoras possam saber do que se trata a emenda, e pedir a aprovação de todos para que a gente, de fato, tenha uma publicidade que seja transparente e com finalidade pública, efetivamente. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Eu quero, rapidamente, Presidente, ser bastante objetivo diante do número de falas de vereadores que estão inscritos para falar, debater e encaminhar o projeto e as emendas, e também da urgência que nós temos de votar esse projeto que nos une na tarde de hoje, que seria uma autorização ao governo para compra de vacinas. Mas este Vereador apresentou a Emenda nº 06, e eu quero aqui reforçar e pedir apoio aos colegas para que esta Casa possa estabelecer uma comissão de vereadores que possam acompanhar todo esse processo, onde a gente possa dar a nossa contribuição, onde o Executivo encontre, nesta Casa, nesta comissão, uma cogestão que discuta, que debata, que possamos aqui dividir as responsabilidades e, ao mesmo tempo, caminhe para soluções, para que a gente possa trabalhar no sentido de acelerar esse processo para que Porto Alegre possa protagonizar o processo de imunização das pessoas o mais rápido possível. O momento em que nós

estamos vivendo na cidade – que foi tão bem relatado pelos colegas que me antecederam na sua fala –, com as UTIs completamente lotadas; hospitais já tendo que locar espaços para empilhar vítimas da Covid; câmeras frias para possa ser obtido ali espaço adequado para as vítimas. Enfim, todo esse quadro que nós estamos vivendo, que bate na nossa porta, que a gente percebe que cada vez pessoas mais próximas da gente ou precisando de leito, ou contaminados. Diante desse quadro, há necessidade da urgência da imunização, de ser votado, e também o nosso acompanhamento. Eu acho que a Câmara pode e deve dar a sua contribuição junto ao prefeito. Por isso, nada mais importante neste momento que as coisas aconteçam, mas aconteçam aqui com a ampla fiscalização, com a ampla participação, tenho certeza que a Câmara, através de uma comissão organizada por um seletivo grupo de vereadores escolhidos pela maioria, possa aqui ajudar o Executivo e o secretário de saúde tomarem as melhores decisões. A gente faz a proposta no sentido de poder contribuir, de ajudar, de acelerar as decisões que o prefeito Melo terá que tomar. Essa é a minha contribuição, peço apoio dos colegas, no sentido de que a gente possa, sim, ter aqui um papel importante e fundamental nesse processo que merece atenção, prioridade e, sobretudo, urgência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver^a. Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Colegas, venho aqui, na verdade, para reforçar a importância da nossa aprovação conjunta do projeto e aproveitar para colocar a nossa defesa da Emenda nº 04, que trata de tema extremamente pertinente. A gente compreende que a efetivação do movimento que aprovaremos aqui para a compra da vacina não é imediato. Enquanto isso o nosso colapso, a condição que enfrentamos é imediata. Imediata a... (Problemas na conexão.) ...dos corpos, imediata a ocupação dos leitos hospitalares; é imediata a necessidade de conter a circulação da população, portanto, garantir o distanciamento social. Isso impacta diretamente na condição objetiva das pessoas de conseguirem garantir esse distanciamento, que é uma preocupação que atinge todos nós por mais que nós tenhamos uma diversidade de leituras sociais acerca dessas questões. Portanto, nós defendemos aqui, compreendendo que o objeto central desse PLE é o tema de enfrentamento à pandemia com as vacinas, que nós conseguimos pensar de forma mais completa essa nossa ação. E por isso a gente está propondo que o tema da renda também possa entrar nas nossas definições na tarde de hoje. O tema da renda é tão urgente quanto a vacina, tendo em vista a condição do cronograma que nós temos a enfrentar. A pandemia é a urgência pela sobrevivência com dignidade da população frente a própria condição de aquecimento econômica da nossa cidade, para conseguir enfrentar o momento, onde, de forma tão acelerada, vemos aí o esfacelamento da nossa condição de enfrentar o vírus.

Porto Alegre é a quarta capital, segundo o CAGED, que mais perdeu postos de trabalho. Só no 1º semestre do ano passado, foram 21 mil empregos formais; vimos

crescer a informalidade; vimos a dificuldade de poder garantir a comida na mesa da população; vimos aumento da pobreza extrema, onde nós tivemos aumento de 280% da nossa região atingindo diretamente a nossa capital. Nesse sentido, nós pensamos o que nós, como Poder Legislativo, podemos auxiliar o poder público municipal, no sentido de conseguir pensar medidas que vêm contra a pandemia. Por isso, estamos apresentando uma emenda em relação à ajuda de onde sairá o dinheiro para comprar a vacina. Eu gostaria de fazer um debate também sobre o uso de parte das nossas emendas impositivas, para que nós pudéssemos atender em torno de 40 mil famílias, que estão no CadÚnico da cidade de Porto Alegre, garantindo aí um valor de renda emergencial pelos próximos seis meses, tendo em vista aquilo que teremos de período mais crítico de enfrentamento à garantia de um plano de imunização. Colocamos esse tema, porque compreendemos que é fundamental que nós consigamos garantir vacina para todos e renda e dignidade para a população, para conseguir enfrentar esse momento tão duro e tendo em vista que nós temos as condições objetivas de apontar de onde pode sair esse recurso para a Prefeitura. Portanto é uma questão de vontade política nossa, de conseguir realizar. E acreditamos que, neste momento, esta Casa Legislativa pode, sim, fazer esse gesto àqueles que mais precisam na cidade de Porto Alegre, e pode fazer esse gesto para garantir o fortalecimento na condição de enfrentar um momento de uma crise sanitária tão profunda como a que vivemos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, Márcio, meus caros colegas vereadoras e vereadores, me inscrevo, rapidamente, primeiro, para cumprimentar o Executivo e dizer da importância da votação desse projeto na tarde de hoje. Vivemos, sim, momentos difíceis e que precisamos contribuir com aquela parcela de responsabilidade que nós, vereadores, assumimos. Com relação às emendas propostas, vamos votar favoráveis. Ouvindo, agora, a Laura, queria dizer que eu, particularmente, já autorizei o meu gabinete conversar com o Executivo e transferir os valores dessas emendas impositivas de 2021 para a saúde de Porto Alegre, exatamente no sentido de contribuir com recursos para facilitar e melhorar as condições de compra de vacinas aqui na nossa cidade. Portanto, já fiz a minha proposição, encaminhei ao Executivo, de utilizar os meus recursos de emendas impositivas de 2021. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O Ver. Roberto Robaina, autor da Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21, faz uma retificação: onde há a sigla OMC, na verdade é Organização Mundial de Saúde – OMS.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 004/21.

Apregoo as Emendas nº 04 e nº 05, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 004/21.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Mauro Zacher; ao PLE nº 004/21.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues e da Ver.^a Daiana Santos, ao PLE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 04 e nº 05 ao PLE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues e da Ver.^a Daiana Santos, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLE nº 004/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque as Emendas nº 04 e nº 05 ao PLE nº 004/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, muito obrigado, caros colegas, A Emenda nº 01 diz respeito à modificação do PLE nº 04/21, que autoriza a contratação de campanhas publicitárias sem licitação. Ocorre que nós já temos duas agências contratadas pela Prefeitura de Porto Alegre, com contratos vigentes e com recursos ainda mais do que disponíveis, para que se possa fazer, não apenas esse tipo de campanha publicitária, mas outras. Esses dois contratos estão em vigência até dezembro deste ano, 2021. Nossa emenda visa aqui, inclusive, visar problemas futuros para a própria Prefeitura, que a gente possa ter aqui a

transparência maior também dos atos do governo com relação a esse processo de vacinação. E que se utilize, então, esses contratos que estão em vigência e com recursos para que se possa fazer as devidas campanhas publicitárias, que são mais do que necessárias, inclusive, para a vacinação. Então, a Emenda nº 01 corrige esse ponto do projeto original. Inclusive, vem muito bem a calhar a subemenda da Fernanda Barth, que ela falará a respeito desse assunto, em que coloca que a possibilidade da contratação de campanhas publicitárias sem licitação ocorre após exauridos os valores e os limites até de aditivos de 25%, a Lei de Licitações e Contratos para os contratos vigentes da Prefeitura de Porto Alegre. No mais, é isso, pedindo a compreensão e o voto de todos os colegas favorável à Emenda nº 01.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLE nº 004/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): A nossa subemenda é bem simples, na verdade ela diz que é permitida a dispensa de licitação para comunicação em publicidade, desde que sejam destinados: 1- para objetos não previstos no contrato vigente; 2- caso o contrato vigente tenha o seu valor contratado esgotado; 3- caso o contrato vigente tenha seu prazo esgotado. A gente imagina que com isso a gente também vai ajudar a proteger o governo municipal de qualquer apontamento do Tribunal de Contas. Era isso que eu gostaria de dizer.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Primeiro, Sandro, queria perguntar sobre as emendas destacadas. Nós temos duas emendas que foram destacadas. Vou encaminhar a Emenda nº 05 ao PLE nº 004/21.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Presidente, vou confirmar, preciso de um minuto para confirmar se tem mais algum destaque – se houver, nós não vamos começar pela Emenda nº 04.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) (Requerimento): Presidente, solicito a retirada do destaque da Emenda nº 07.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): A Ver.^a Bruna Rodrigues, autora do requerimento que solicita votação em destaque, está solicitando a sua retirada. Como ainda não começamos os encaminhamentos, é possível, Sr. Presidente. Apregoamos a retirada do destaque da Emenda nº 07.

Agora começaremos com o encaminhamento das emendas destacadas; a primeira é a Emenda nº 04.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 004/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Caros colegas, como eu falei anteriormente, numa defesa mais ampla, nós acreditamos que, a partir do remanejamento do valor integral das nossas emendas impositivas, seja possível, no que se refere à saúde, nós aplicarmos conforme a nossa Emenda nº 05, que o Ver. Oliboni vai encaminhar depois, e o restante nós podemos contribuir, ajudar a garantir condição de dignidade, de renda para a população de Porto Alegre. Se nós destinarmos as nossas emendas para este fim, nós poderemos contribuir com uma renda emergencial que atenda, pelo menos, a 40 mil famílias vinculadas ao CadÚnico em Porto Alegre, oferecendo um valor aproximado de R\$ 100,00, e poderia se estender isso por seis meses, no nosso cálculo. Por isso nós fazemos um pedido aos colegas vereadores e vereadoras: que nós possamos dar completude ao nosso encaminhamento na tarde de hoje, dando as condições para que, de fato, a gente consiga ter maior força, maior condição, enquanto sociedade, de enfrentar este momento tão delicado que nós vivemos da pandemia.

Nós, enquanto oposição, da bancada do PT, vamos apoiar esse projeto, porque compreendemos a importância da aquisição própria da vacina, mas nós também estamos preocupados com a situação econômica e de renda do povo, especialmente do povo mais pobre, com o aquecimento da economia local e com a garantia real da população de fazer o seu distanciamento, de garantir a sua condição de preservação frente à disseminação do vírus.

Fazemos um apelo, apesar da nossa diversidade ideológica: que as nossas diferenças políticas possam ficar em segundo plano para que a gente possa, conjuntamente, aprovar o conjunto de emendas na tarde de hoje, garantindo segurança, dignidade, liberdade, alimentação e proteção contra o vírus ao nosso povo, mostrando que esta Casa Legislativa também se preocupa com a vulnerabilidade econômica. Nós queremos, portanto, nesse sentido, fortalecer o debate da renda com uma medida de enfrentamento, neste período que nós estamos vivendo. Em síntese, é essa a defesa da Emenda nº 04.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 004/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde Presidente, queria saudar mais uma vez os colegas vereadores. Especificamente sobre a Emenda nº 04, acho que o Ver. Oliboni teve a intenção, acho que o gesto é interessante, de mexer as emendas individuais dos parlamentares, de 2020. Até discuti ontem, e hoje também, com alguns vereadores, sobre uma reflexão interessante: que nós possamos visitar

esses valores dessas emendas diante das circunstâncias de agravamento da pandemia e também do colapso do nosso sistema de saúde, mas entendo que a forma com que o Ver. Oliboni construiu a matéria acaba prejudicando inclusive a dinâmica da própria pandemia. Nós não sabemos, por exemplo, se a renda mínima vai ser a melhor destinação, se nós não precisaremos de recursos para outras necessidades também relacionadas à pandemia. Acho que o parlamentar, individualmente, tem conseguido ter um pouco mais de sensibilidade e de conhecimento também nas suas áreas determinadas para fazer esse direcionamento, acho que já teve uma sinalização importante vinda de alguns vereadores da COSMAM de adiantamento de economias de verbas de gabinete também para que a Prefeitura possa fazer uso disso, a própria Câmara já fez um adiantamento de devolução de recursos, mostrando que o Parlamento municipal está engajado nessa pauta, tem interesse em contribuir, está efetivamente contribuindo da forma como pode e, obviamente, alinhado com os esforços da Secretaria Municipal de Saúde. Eu entendo que a Emenda nº 04, portanto, acaba prejudicando, embora entenda a intenção de contribuir, de ajudar e o mérito bem-intencionado do colega Ver. Aldacir Oliboni, mas, neste caso, encaminho pelo voto contrário por essas razões, por entender que podem surgir, e a gente desconhece, inclusive, quais são as diferentes opções que podem surgir nas próximas semanas com relação ao enfrentamento da pandemia; por exemplo uma proposição, uma proposta que se coloque na mesa de negociação de vacinas e que exija algum fôlego adicional de caixa, ficaria prejudicada por um direcionamento colocado pela Câmara Municipal... (Problemas na conexão.) ...debatido aqui na Câmara de que não é uma das melhores formas de tratar o processo. Fica o encaminhamento de voto contrário, deixando minhas estimas ao vereador e aos demais vereadores interessados em contribuir com este tema.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 004/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Procede a preocupação do Ver. Camozzato, eu já falei, com relação à Emenda nº 04, que autorizei a minha assessoria a entregar o recurso para o Executivo, para a saúde. Acredito que até já deve ter sido feito. Mas eu acredito, Ver. Camozzato, que dá para votar favoravelmente à emenda agora defendida pela Laura; votamos favoravelmente e, depois, se surgir algum fato novo, o Executivo tem condições de mandar um projeto para a Câmara revertendo esse valor – tirar da proposta de saúde e colocar numa outra rubrica que entenda necessário. Portanto não há maiores prejuízos ao votar favoravelmente à emenda agora. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 004/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Vou na mesma linha de pensamento do Ver. Felipe Camozzato. A emenda é meritória, mas, a partir do momento em que ela fecha a utilização dos valores, ela fica um tanto quanto suscetível a nós estarmos num momento em que não é mais necessária a utilização desse valor para o que foi destinado quando nós votamos. Se a emenda fosse mais ampla, apenas com a destinação de que o Executivo pudesse utilizar para a Covid, ficaria muito mais tranquilo, até porque fui eu mesma que falei e incitei os colegas para podermos colocar as emendas à disposição do Executivo para que a gente possa contribuir na construção de melhorias para Porto Alegre, no olhar da Covid – seja comprando respiradores, seja aumentando a possibilidade de leitos de UTI, seja de remédios, enfim –, no que for de entendimento do Executivo no momento. Então entendo que não nós, do Legislativo, teríamos que destinar para onde o valor será utilizado, assim como nós o fizemos quando o Presidente entregou dois cheques ao prefeito e que deixou à disposição para serem utilizados na Covid, no que o Executivo precisar, pois ele tem toda a legitimidade para usar no que melhor entender. Por isso também serei contra esta emenda, por ela ter sido muito fechada. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 004/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 04 ao PLE nº 004/21. (Votação declarada nula pela presidência.)

Vereador Claudio Janta (SD): Votei “não”, até porque o que criou as emendas impositivas que nós temos foi uma alteração na Lei Orgânica do Município, então não pode ser somente uma emenda para a gente mudar a Lei Orgânica do Município. Votei “não”.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Pelo que foi decidido pela Ver.^a Cláudia e pelos argumentos do Ver. Janta sobre a Lei Orgânica, por isso votei “não” também.

Vereador Mauro Zacher (PDT): A proposta é meritória, mas nós estamos tratando aí de alteração à Lei Orgânica, por isso votei “não” à emenda.

Vereadora Mônica Leal (PP): Fui na linha do Ver. Mauro Zacher pela alteração da Lei Orgânica, que não é possível, votei “não.”

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Seguindo orientação da base do governo, votei “não”.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Votei “não”, apesar de ser meritória, mas acho que nós estamos falando aqui de vacina, e não de FASC ou de programa social. Acho que é necessário ter um programa social para atender a população, mas não neste projeto. Além do mais, as emendas impositivas também são pela Lei Orgânica, como muito bem disse nosso grande Ver. Claudio Janta. Então votei “não”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 004/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, os colegas vereadores e vereadoras, a população que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, com este projeto que nós consideramos de extrema importância, que tem a prerrogativa de autorizar o governo a comprar vacinas de combate à Covid-19 em Porto Alegre. Creio que está havendo aqui uma confusão em relação às emendas impositivas – até entendo que as bancadas que têm vereadores novos ainda não entenderam como se dá o processo das emendas impositivas. Foi criado um projeto de lei – que, lá atrás, foi uma iniciativa do Ver. Cassio Trogildo, hoje secretário do governo – que destinava R\$ 1 milhão e pouco para cada vereador, sendo que poderia destinar 50% para a saúde e 50% para outras ações ligadas à área da educação, da assistência, entidades que trabalham com esse tema. Nós aqui apresentamos duas emendas. A Emenda nº 04, rejeitada há pouco, que a Laura defendeu, tratava de destinar 50% daqueles recursos que não são da saúde para a questão da renda básica. Pode, sim, fazê-lo, porque nós temos a opinião de pessoas que trabalham dentro da Câmara, que estão dentro do processo legislativo, que deram esse encaminhamento e que poderiam apresentar.

A Emenda nº 05 trata do recurso da saúde. As emendas do ano passado vão ser usadas neste ano; não são emendas deste ano para o ano que vem; são emendas já aprovadas no ano passado para utilização neste ano – já está disponível o recurso. Nós já destinamos 50% para a saúde, e será agora destinado por esta Emenda nº 05 para a compra de vacinas. Se não aprovada esta emenda, os recursos dos vereadores que estavam na legislatura passada, no último ano, irão para a área da saúde, para postos de saúde, hospitais, enfim, para aquelas prioridades que eles deram. Se nós mudarmos agora aqui, destinarmos para a compra de vacinas, o governo municipal vai poder utilizar R\$ 24 milhões para comprar vacinas. Os senhores sabem o que significa isso? Vacinar todos os que estão na linha de frente, ou os que estão nas prioridades, enquanto não vem a vacina do governo. Esse gesto é mais do que um gesto de solidariedade em defesa da vida, é algo que nós temos a prerrogativa. E nós insistimos

nesta emenda porque eu conversei com o prefeito municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo, hoje pela manhã, e ele deu *o.k.*, deu *o.k.* à emenda. Agora, o Jessé diz o seguinte: “voto contra, por orientação da base do governo”. Onde é que nós estamos, se o prefeito deu *o.k.*? Que base é essa que não respeita a opinião do prefeito? O prefeito, inclusive, chegou a dizer: “quanto mais dinheiro vocês botarem, mais estão me ajudando”. E agora não há um entendimento, parece que a gente está falando para gregos. Nós, vereadores da legislatura passada, sabemos que esses 50% não podem ser encaminhados para outra área, a não ser da saúde, e nós estamos destinando esse recurso da saúde, com a Emenda nº 05, especificamente para a compra de vacinas. Não é justo isso? É mais do que justo! É um gesto de grandeza da nossa Câmara para com o governo municipal, que poderá agilizar, inclusive dizer que a Câmara está ajudando com R\$ 24 milhões.

Este é o apelo que eu faço aos colegas vereadores: se informem primeiro, nós temos que ter coerência também no discurso, não só na prática, porque, se não, a própria base do governo diz que, pela orientação da base, está votando contra. Não é o que diz o prefeito, não é o que me disse pessoalmente o prefeito Sebastião Melo quando falava hoje de manhã conosco – inclusive marcando uma reunião para amanhã sobre a situação do Previmpa. Nós estamos fazendo um apelo aos colegas vereadores, esse é um gesto de grandeza da Câmara, que poderá dizer: esse dinheiro vai, de fato, para a saúde, e para hoje! Esse é o apelo da nossa bancada, da bancada de oposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Tendo em vista que foi suscitada pelo Ver. Claudio Janta essa questão da Lei Orgânica, eu solicito orientação à nossa Diretoria Legislativa no que diz respeito a essa matéria, que é uma matéria que não diz respeito, no caso, à Lei Complementar. Não seria maioria qualificada, e sim maioria absoluta, não é? Como é que se encaminha essa questão de ordem, diretor? Pode ser apreciada essa matéria nesse processo?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, eu sugiro, se o senhor quiser uma manifestação jurídica, consultar a Procuradoria da Casa, porque, realmente, a emenda trata sobre o art. 116-A da Lei Orgânica. As emendas são impositivas por determinação do art. 116-A da Lei Orgânica, e ela está autorizando a destinação dos recursos, perdendo a condição de impositivas, por meio de uma lei ordinária. Se o senhor quiser uma manifestação jurídica, eu acho que o órgão adequado para se manifestar a respeito seria a Procuradoria da Casa. Posso fazer contato com o procurador para buscar essa orientação.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu Presidente, eu acredito o seguinte: na Lei Orgânica, nós inserimos a criação da emenda impositiva, que, uma vez apresentada, deve ser cumprida. Agora, os valores – a destinação dos valores – foram aprovados numa lei ordinária, a Lei de Orçamento. Nós estamos agora propondo...

Vereador Claudio Janta (SD): Nobre vereador, o senhor está equivocado, me desculpe. Na Lei Orgânica, 50% é para a saúde, os outros 50%, que nós aprovamos numa outra lei, é o limite, dizendo que tem que ser destinada. A Lei Orgânica é bem clara: 50% para a saúde.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente, é possível um vereador se atravessar no meio de uma questão de ordem? Não é assim. Nós destinamos recursos por lei; portanto, podemos alterar por lei. Nós não estamos tirando, estamos dizendo que sai de um lado e vai para a saúde também; não ferimos a Lei Orgânica. É a minha opinião. Obrigado.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, eu, nos meus mandatos, apresentei cinco projetos de alteração da Lei Orgânica do Município, aprovei dois, estou com dois tramitando na Casa, então são nove projetos de alteração da Lei Orgânica do Município. A Lei Orgânica do Município tem critérios para ser alterada. Tudo o que nós vamos mudar sobre emenda impositiva, tirando o que nós aprovamos depois, tudo o que nós incluímos – o limite de R\$ 100 mil lá –, tudo o que nós formos mudar na Lei Orgânica, temos que cumprir os trâmites: tem que passar por todas as comissões, tem que ser apregoadado em duas sessões, tem que ter duas votações. Então nós estamos mexendo na Lei Orgânica do Município, e isso dá direito de com qualquer projeto a gente entrar aí, ter alguma coisa ligada à Lei Orgânica, a gente apresentar uma emenda e acabou. Aí, não precisa mais ter Lei Orgânica do Município.

A lei que nós aprovamos é bem clara: os vereadores terão direito à emenda impositiva, sendo 50% para a saúde, e os outros 50% seriam livres. Depois, nós fizemos uma lei complementar que determina esses outros 50%, o critério desses outros 50%. Por favor! Eu estou comovido com esse negócio da Covid-19 como todos os colegas; agora, nós rasgarmos a Lei Orgânica do Município não dá, gente, não tem como rasgar. É só lutar. O que pode é o vereador retificar a sua indicação, coisa que eu vou fazer. Eu destinei toda minha Lei Orgânica, todo recurso que eu tenho exclusivamente para o centro de referência do autista, e eu vou retificar, destinando a parte da saúde para a saúde.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quando a pessoa não quer fazer as coisas, sempre tem um argumento; quando quer fazer, também tem. É evidente que a criação da Lei Orgânica e das emendas impositivas, que, por sinal, se eu estivesse aqui, teria votado contra... (Problemas na conexão.) ...eu entendo, e é óbvio, a destinação final deve ser feita por lei ordinária, mas é evidente, por uma questão orçamentária. Tenho certeza que a posição da Procuradoria vai ser essa, não tem como ser diferente. Agora, eu vou admitir uma hipótese – vou admitir só para argumentar, advogados gostam de admitir para argumentar: se precisasse rasgar a Lei Orgânica para dar o dinheiro para as vacinas; eu rasgaria, é evidente. Só que não precisa, não tem nada a ver uma coisa com

a outra. As emendas impositivas são uma coisa, afinal, criadas de uma forma estranha e, no meu ponto de vista, negativa. Agora, já existem. Uma destinação, agora, para a compra das vacinas é evidente que pode ser feita, não tenho a menor dúvida. Se o Presidente precisa da segurança da Procuradoria, é justo... (Problemas na conexão.) ...com segurança. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

Vereadora Fernanda Barth (PSL): Presidente, eu quero deixar registrado que esse projeto deveria, sim, ter passado pela comissão, pela CEFOR. E no início dos nossos debates aqui hoje foi solicitado que ele ficasse isento, que ele não precisasse passar pela CEFOR. Isso, para mim, mostra que realmente, se ele fosse para a CEFOR, talvez ele não fosse aprovado lá e tivesse um relatório negativo em relação a isso. Então, me preocupa muito tentar passar um projeto que fere a Lei Orgânica, que tem problemas nesse sentido, sem passar pela Comissão que deveria tratar do assunto. É isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Vereadora.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não se trata de alterar a Lei Orgânica, e por isso eu concordo que o Sandro consulte a Procuradoria; mas de autorizar que se dê outro destino ao recurso que está no Orçamento. Portanto, estamos alterando uma lei ordinária, e por isso tem que ter o parecer da Procuradoria. Está muito confuso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vejo que o diretor Sandro está ao telefone, lidando com essa situação. Acho oportuno e importante que a gente tenha esse retorno para podermos dar sequência à votação da Emenda nº 05. Enquanto não for possível, vamos votando as outras; vamos fazer o que é possível até que isso se esclareça.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Estou inscrito para encaminhar a Emenda nº 05.

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Mas eu acho que se ficar prejudicada, não vamos nem encaminhar, não é, vereador?

Vereador Mauro Pinheiro (PL): É para encaminhar, responder, porque eu quero votar contra e quero dizer por que vou votar contra.

PRESIDENTE MARCIO BINS ELY (PDT): Mas talvez ela nem seja votada. É isso que estou dizendo, vereador. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h44min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h52min: Sandro, já estamos em condições de retornar?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Estamos. Eu entrei em contato com o diretor Luiz Afonso, e no nosso entendimento, lendo o art. 116-A, a Lei Orgânica estabelece a prerrogativa para que cada vereador apresente, individualmente, a sua emenda. Ela destina, é a base legal da destinação dos recursos. Mas esta emenda, em uma lei ordinária, ela retiraria a condição de cada vereador apresentar, individualmente, as suas emendas impositivas. Nós entendemos que só seria possível essa destinação, o Plenário definir onde os recursos das emendas impositivas vão ser alocados, se tivesse previsão na Lei Orgânica. Então, nós entendemos que uma lei ordinária não poderia fazer essa destinação de recursos sem que isso estivesse previsto na Lei Orgânica.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, no caso, estaria prejudicada a emenda?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Quem declara a prejudicialidade é o Presidente. Então, cabe ao senhor declarar. Cabe recurso da sua decisão, que pode ou não ter efeito suspensivo, e cabe ao senhor, também decidir se vai ter efeito suspensivo ou não. Esse é o entendimento da Diretoria Legislativa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fico feliz que tenha sido consultado o diretor Luiz Afonso, que está convalescente, mas que bom que ele pode atender ao telefone. Eu peço aos vereadores mais dois minutos para eu falar com o diretor Luiz Afonso. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h54min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h: Estão reabertos os trabalhos.

Falei com o diretor, só para também trazer um relato aqui do quadro de saúde. O diretor ainda está um pouco ofegante, tossindo, mas está medicado e praticamente já venceu aquele período dos 13, 14 dias. Então, a gente espera que, daqui para frente, ele vá se recuperar e que o pior já passou. Ele conversou comigo no sentido do entendimento de que a Lei Orgânica, ela assegura emendas individuais. Então, essa é uma prerrogativa prevista e garantida na Lei Orgânica. Essa alteração, ela não poderia ser feita por lei complementar, estão prejudicadas as emendas; então, eu torno nula a votação da Emenda nº 04 e a Emenda nº 05 está prejudicada. E aí seguimos a apreciação dos demais temas, e peço a compreensão de todos no sentido de que essa sugestão, ela pode ocorrer, mas na esfera adequada quando da apreciação de alguma alteração proposta para alteração da Lei Orgânica.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Só uma pergunta. Eu já falei, inclusive, hoje. Conversei com... (Problemas na conexão.) ...do Executivo e autorizei modificar as destinações de verba que fiz no final do ano...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A gente entendeu, mas formalmente tem que ver como tu vais fazer isso, porque...

Vereador Aírto Ferronato (PSB): O que eu vou fazer? Não vale então?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Podes fazer, mas tu vais ter que fazer individualmente, conforme combinaste com eles. Está bem?

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Tudo bem, então.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, está anulada a votação da Emenda nº 04, prejudicada a Emenda nº 05. Passamos à votação da Mensagem Retificativa nº 01.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Se não tiver ninguém para encaminhar, faremos votação simbólica. Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 004/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, aprovada a Mensagem Retificativa nº 01. Passamos à votação da Emenda nº 01.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 004/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Perfeito, Sr. Presidente. Passamos à votação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 004/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Passamos à votação da Emenda nº 02 ao PLE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 002 ao PLE nº 004/21. (Pausa.)

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Posso encaminhar?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Como ela ainda não encaminhou, ela poderia encaminhar, Sr. Presidente. É um encaminhamento para todas as matérias, mas cabe encaminhamento, sim, neste momento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLE nº 004/21 e proposições acessórias não destacadas. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): É simplesmente uma emenda que faz com que a Prefeitura publique todas as informações relativas à compra das vacinas, como o número das doses, o seu custo, o fabricante das doses e a situação atual da compra.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 02 ao PLE nº 004/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Passamos à votação da Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoni Medina, a Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21. (Pausa.)

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu não tenho o conteúdo dessa emenda. Ela entrou há pouco, eu não recebi, não consegui acessar, eu não posso votar em algo que eu desconheço o conteúdo. Poderia ser lida a emenda

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Está disponibilizada no SEI.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Questão de Ordem): Eu não consegui acessar, diretor.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Se o Presidente autorizar, eu posso ler.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): É só que a publicidade tem que ser a favor da vacina, Mônica, essa é a emenda.

Vereadora Mônica Leal (PP): E quanto à OMS, Robaina?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Baseado nas orientações da OMS.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Aí que está a pequena vírgula.

Vereadora Mônica Leal (PP): É aí que está o problema. Então, eu voto “não”, Robaina.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): (Problemas na conexão.) ...da Organização Mundial da Saúde. Não sei... (problemas na conexão.) ...mas eu entendo.

Vereadora Mônica Leal (PP): Mas acontece que é aí que está o problema. Obrigada, eu precisava saber do conteúdo para decidir meu voto.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoní Medina, a Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLE nº 004/21.

Passemos, então, à Emenda nº 06 ao PLE nº 004/21.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Ramiro Rosário e Comandante Nádia, a Emenda nº 06 ao PLE nº 004/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 06 ao PLE nº 004/21.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Eu votei “sim”, embora não tenha nenhuma orientação. Não entendo... A Câmara tem comissão que trata da pandemia, que é a Comissão Especial? Mas eu votei “sim”.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Sinalizado pelo Ferronato, sobre a Câmara já ter suas comissões, e isso estava passando batido, eu votei “não” por

entender que a emenda acaba indo contra as disposições do próprio Regimento da Câmara, nessas comissões.

Vereador Giovane Byl (PTB): (Problemas na conexão.)

Vereadora Mônica Leal (PP): A função dessa comissão é acompanhar a execução dos contratos. Então, eu votei “sim”.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Pelo controle público, que é a transparência, é claro que eu votei “sim” na proposta do Mauro Zacher.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Eu confesso que eu fiquei meio na dúvida na votação, porque tem uma orientação jurídica aqui de que não deveria haver essa comissão, pois seria uma duplicidade de competência. Mas, em prestígio ao Ver. Mauro Zacher, eu votei “sim” desta vez.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Pergunto se algum vereador deseja alterar o seu voto? (Pausa.) O Ver. Gilson Padeiro mudou o seu voto de “não” para “sim”. O vereador Conselheiro Marcelo mudou seu voto de “não” para “sim”.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passaremos, então, à Emenda nº 07 ao PLE nº 004/21.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Questão de Ordem): Presidente, embora nós, da bancada do PT, reconheçamos a tua decisão e reconheçamos também que é uma decisão monocrática, nós vamos apresentar um recurso às emendas que nós encaminhamos, para ouvir a Procuradoria e, não tendo êxito, nós vamos fazer um apelo aos vereadores da legislatura passada para que façam um gesto em defesa da saúde, como o próprio Airto Ferronato acabou de dizer, para que possa haver uma destinação individual de cada vereador para destinar esse recurso para a compra de vacinas. Por isso, registro aqui, em tempo, o recurso que vamos apresentar. Obrigado.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Só para esclarecer, eu entendi que houve um pedido pela retirada da Emenda nº 07, mas, em não havendo, eu pergunto se não há o mesmo precedente das Emendas nº 04 e 05, que foram analisadas pela DL?

Também por estar se tratando de uma emenda alheia ao tema, bem como de não entrar numa situação de desentendimento, eu me somo, na verdade, ao Ver. Ferronato.

E atento à questão sugerida pelo Ver. Oliboni, também tenho a intenção de destinar as emendas anteriores para poder fazer esse acerto, assim como a própria Ver.^a Mari Pimentel – a gente já havia conversado –, para poder destinar para as vacinas.

Então, não é uma questão de contrariar o mérito, mas, sim, de acertarmos a melhor forma de conduzir o processo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pela técnica legislativa, Diretor, o que o senhor me sugere?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Não vejo problemas de prejudicialidade da emenda, Sr. Presidente. Na verdade, ela tem o inc. VIII nos dois artigos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ela não se refere à Lei Orgânica.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Perfeito, eu agradeço.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação, nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 07 ao PLE nº 004/21. (Pausa.)

Vereador Aírto Ferronato (PSB): É possível informar, Sandro, do que trata a emenda?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Ela está basicamente incluindo o inc. VIII, nos arts. 4º e 12º, da Lei nº 12.744 e da Lei nº 12.797.

Sr. Mauro Pinheiro (PL): Ela autoriza microcréditos para grupos pequenos e... (Problemas na conexão.)

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Visa a implementação de programa de crédito e microcrédito para micro, pequenos e médios negócios. A redação é idêntica nos dois artigos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): O Executivo já tem esse programa.

Vereador Mauro Pinheiro (PT): Só que não tem nada a ver com o assunto. Está tratando de vacina.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Presidente, eu posso falar? Nós estamos tratando aqui inclusive de ter um pacote de salvação da nossa economia. A gente está enfrentando uma crise tremenda, nós falamos no comércio o tempo inteiro e esse é momento de prever uma forma jurídica de pensar no microcrédito para os pequenos e médios empresários, vendedores.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ver.^a Bruna, eu entendo que é uma preocupação tua, mas o governo tem esse programa já instalado na Secretaria de Desenvolvimento, com microcrédito, com convênio em banco. Eles vão fazer tudo isso. Vamos cuidar da vacina, que o resto da economia, logo em seguida.... Você mesma pode participar, juntamente com o Executivo, para dar tua contribuição, mas o programa já existe. É uma redundância. Eu gostaria muito de votar “sim” para esse teu projeto, porque eu acredito nele. Mas eu quero dizer que já está pronto pelo Executivo.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 004/21. (Pausa.) (Após a votação nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 26 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 07 ao PLE nº 004/21.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Votei “não”, e quero registrar que matérias completamente diferentes ao objeto da matéria que está sendo votada, na minha opinião, isso é ilegal e não pode acontecer. Portanto o meu voto é “não”. Não sei o que pensam os vereadores da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Mas eu penso assim. Um abraço. Votei “não”.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu entendo que é constitucional. Nós estamos tratando do combate à Covid, que esfacelou não só vidas como também na área comercial, portanto é legal. Votei “sim”.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Como professor de direito constitucional, eu tenho a obrigação de votar “não”, pois não estamos respeitando a Constituição Federal.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Votei “sim”, e, infelizmente, na medida em que temos a possibilidade de construir instrumentos para que a gente facilite o acesso tanto do Poder Executivo quanto da população que merece um atendimento, um acesso a algumas medidas de crédito, quando a gente tem a possibilidade, a gente vota “não”. Isso prova que algumas votações, aqui na Câmara, são de fato do campo ideológico. Basta analisarmos quantas emendas foram, do campo da situação, do governo, aprovadas, e quantas emendas da oposição foram recusadas. Então eu voto “sim”, porque, de fato, precisamos construir medidas não só no discurso, mas medidas efetivas que salvem o nosso comércio.

Vereador Cassiá Carpes (PP): A ideia da Ver.^a Bruna é muito boa, mas nós temos que estar com o foco na chamada desta sessão extraordinária, como disse o líder do governo, tem um programa, vamos nos integrar ao programa lá, a Bruna sabe;

neste momento estamos focados na vacinação, e foi para isso que nós fomos chamados para votar. Então, Ver.^a Bruna, o projeto é muito bom, vamos pensar agora na prioridade e foco na vacinação, que foi o nosso objetivo maior desta tarde. Votei “não”.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu quero dizer que eu podia ter apresentado umas dez emendas, dando vacina para o pessoal do comércio, dando vacina para os *motoboys*; agora, gente, vamos parar de fazer demagogia. Eu sou do comércio, ninguém tem mais interesse de que o comércio tenha recursos do que eu; agora, vamos parar de demagogia. O projeto é vacina! É vacina. Como diria o Brasinha, isso é jabuti, isso é jabuti o que estão botando aqui. É vacina. O comércio está precisando de dinheiro, os microempreendedores estão precisando de dinheiro, as pessoas que estão sem renda há muito tempo, o pessoal do transporte escolar está precisando de dinheiro; agora, nós estamos votando vacina, nós estamos votando o que foi dito o mês inteiro, que é para ajudar a salvar o povo e é o que pode vir a salvar o nosso povo. É vacina. Não é dinheiro para empreendedor, não é dinheiro para o comércio, não é dinheiro para os transportadores escolares, não é dinheiro para ninguém; é vacina. Então votei “não”.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Primeiro, quero dizer que aqui nós votamos emendas e projetos inteligentes; esta matéria que agora estamos votando, esta emenda, é diversa, ela não vai de encontro ao que o projeto está sendo pautado, que são vacinas, inclusive que replica a medida provisória federal. Temos que ter responsabilidades. Microcrédito já está em andamento pelo Executivo. Eu votei “não”.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Da mesma forma que os colegas já se manifestaram, eu voto “não” na matéria também, entendendo, assim como o líder do governo já colocou a posição, que não cabe aqui falarmos sobre isso. Voto “não”.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Independente do mérito, que é importantíssimo, a gente inclusive tem falado bastante sobre essa questão, mas a autorização da abertura de crédito suplementar com essa finalidade extrapola totalmente a intenção desse projeto que a gente está votando hoje. Ademais, como já foi dito aqui antes, o Executivo está com um projeto pronto para encaminhar com várias linhas de crédito que vão ser abertas. Esse tema é de suma importância e nem deveria estar sendo apresentado nesse projeto. Incomoda-me um pouco essa ideia de ficarem enxertando coisas completamente diversas dentro dos projetos. Por isso o meu voto foi “não”.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): A Ver.^a Bruna pode contribuir com o secretário e vice-prefeito Ricardo Gomes que está de timoneiro desse projeto. O meu voto foi “não”.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Também me incomodam certas posições. Muitas vezes se perdem projetos e não por questões ideológicas; aqui ninguém é marionete para estar votando por posições ideológicas. Já foi explicado que

já existe esse programa, já foi explicado que isso é importante, então o meu voto foi “não”.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): O microempreendedor, pequeno ou médio empreendedor merece todo o nosso respeito e precisa de ajuda, pois o momento econômico é muito difícil, mas essa emenda está fora da questão que estamos discutindo, que é a vacina. Portanto, votei “não” à emenda.

Vereador Mauro Zacher (PDT): Ver.^a Bruna, é muito pouco provável que V. Exa. tenha os votos para aprovar essa emenda. Eu acho extremamente meritório o assunto do microcrédito, acho que a comissão que V. Exa. preside é o espaço adequado para fazermos uma boa legislação, com o Executivo, para construir uma política pública nesse sentido. Então eu votei “não”, mas digo sim para que a gente possa construir coletivamente. Conte com o meu apoio, com a minha contribuição, para construirmos uma legislação. Votei “não” na emenda.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu entendo a preocupação da vereadora, principalmente com as pessoas, o pequeno e microempresário afetado, mas aí é uma forma de tranquilizá-la, porque se o governo já tem esse programa, inclusive serão abertas novas linhas de crédito, eu não vejo o porquê nós termos um projeto de lei igual, semelhante, ou nessa mesma linha. Então eu votei “não”.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, podemos colocar em votação o PLE nº 004/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLE nº 004/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, temos a votação de licença para tratamento de interesse do Ver. Claudio Janta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 8 a 12 de março de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, temos ainda o apregoamento da declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, comunicando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Evaldir Santos Ramalho, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Sandro Nunes da Rosa, Edson Strogulski e Marcelo

Felipe dos Santos Correa em assumirem a vereança do dia 8 ao dia 12 de março de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Uma boa-noite e muito obrigado a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h47min.)

* * * * *